

O CENTRÃO É AQUI

AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO A PARTIR DO CASO DE BELO HORIZONTE

Encaminha-se para o final o primeiro ano do mandato que o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), conquistou nas urnas no ano passado. O cenário político na capital mineira foi agitado, nesses meses, por uma tensa relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, marcada pela instalação de duas comissões parlamentares de inquérito (CPI) e pela derrota do governo em votações importantes, inclusive em questões de inequívoco interesse da população. É inevitável a constatação de que o padrão de relacionamento entre Câmara e Prefeitura se alterou significativamente, quando se compara o mandato concluído em 2020 e este outro inaugurado em janeiro.

Nesp começa a monitorar câmaras municipais e prefeituras

A partir de outubro deste ano, a Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos – Nesp irá acompanhar mais de perto a atuação de Câmaras Municipais e Prefeituras.

O intuito do trabalho é prestar informações que favoreçam a mobilização e a atuação política de movimentos e pastorais sociais.

Começando por Belo Horizonte, Contagem e Betim, pretende-se atingir os 28 municípios da área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Siga nosso trabalho no *site* e nas redes sociais do Nesp:
www.nesp.pucminas.br

Por um lado, tal mudança pode estar relacionada ao advento da campanha eleitoral de 2022 que, ao que tudo indica, terá o prefeito da Capital como um dos principais protagonistas na disputa pelo governo do Estado. Nesse caso, talvez o presente tensionamento já resulte da antecipação das disputas que devem acontecer ao longo do próximo ano. Contudo, também é plausível que estejam em andamento outros processos mais profundos e menos conjunturais.

Embora o fator eleitoral seja inequivocamente provável, explora-se aqui a hipótese de que, na base dos problemas hoje enfrentados na capital, existe um problema estrutural mais amplo que diz respeito ao modo como se faz política no Brasil. Sem qualquer prejuízo do primeiro, esse último elemento assume o papel central desta edição de **Contextus**.

Parte-se, então, do pressuposto de que, na atual composição do grupo de vereadores, sobressai certa concepção de política que se concretiza em determinado modo de atuação. Esse fenômeno não é novo e já estava presente em outras legislaturas. No entanto, o padrão de relacionamento dos dois Poderes

na Capital possui especificidades geradas pelo modo como o governo Kalil gerencia os jogos de interesses existentes na Câmara. No atual mandato, ao que parece, algo se alterou e demanda uma análise sobre as correlações de força que estão se conformando.

Não constitui novidade reconhecer que o problema das relações nem sempre transparentes e institucionais entre Legislativo e Executivo constituem um fenômeno comum na União, nos estados e nos municípios. Constata-se a prevalência da política miúda, focada na troca de votos no Parlamento e da sustentação ao governo por vantagens eleitoreiras e personalistas que beneficiem os vereadores e seus apoiadores mais próximos.

Justamente ao contrário de ser um problema exclusivo de Belo Horizonte, parece haver uma tendência de que, em municípios menores, esse tipo de atuação se mostre ainda mais naturalizado. Multiplicam-se relatos provenientes de outros municípios da Região Metropolitana que dão conta da existência de fatos similares, em que o espaço público é privatizado, constituindo áreas de domínio, uma espécie de enclave dentro da cidade controlado por um ou outro vereador. O uso de ações sociais ou de instituições que prestam assistência como forma de conquistar e capturar o voto do eleitor é, entre esses políticos, uma das práticas mais disseminadas.

Embora a reflexão aqui encampada represente um exercício de compreensão de certos mecanismos ativos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, presume-se que esse não é um problema exclusivamente local. Ao contrário, como dito acima, deriva de situações existentes também nas esferas estaduais e federal do poder. Por isso, torna-se uma especial categoria de análise o chamado “centrão” ou, menos abstratamente, o modo como o grupo de deputados e senadores designados por esse termo opera a política.

Por fim, atenta-se para o risco de que a crítica das más práticas políticas favoreça a emergência e o fortalecimento do discurso antipolítico, tal como notadamente tem ocorrido na última década, quando, repetindo ocorrências já vistas em outros períodos da história, o ódio à política foi motivado pelo pretexto do combate à corrupção. Para combater desvios, arrisca-se perder de vista o valor incontestável da própria política como a condição para a coexistência pacífica.

PRÁTICAS QUE DEGRADAM A POLÍTICA DOMINAM O CENTRO DO PODER

Desde sua origem no final da década de 1980, a coalizão de partidos e parlamentares denominada como “centrão” se caracterizou pela defesa de pautas conservadoras e, ocasionalmente, por suas afinidades ideológicas notadamente reacionárias. Em épocas distintas, sua presença foi mais ou menos marcante e seu próprio perfil identitário, assim como sua atuação oscilaram nas últimas três décadas.

Em alguns momentos foram reconhecidos com a marca “centrão”; em outros períodos o termo entrou em desuso. Contudo, dos partidos que tiveram maior protagonismo na política nacional nessa história

recente, com governos posicionados ora mais à direita ora mais à esquerda, nenhum conseguiu passar incólume pelas práticas, não raro extorsivas, adotadas por esse núcleo de poder que persiste ao longo desses já numerosos anos.

Curiosamente, é forçoso constatar que o centrão não existe de maneira formal, como um bloco. A história do uso desse termo remonta à atuação de um grupo parlamentar conservador e suprapartidário que, na Constituinte, foi capaz de barrar diversas pautas progressistas. Boa parte dos componentes daquele bloco originário haviam sido defensores ou beneficiários do regime militar. Assimilaram-se ao processo de transição em curso, que culminou na reabertura democrática, de modo a manter em mãos certo controle do jogo político (e econômico) do país.

Após a Constituinte, esse segmento passou a compor com todos os governos. Sem seu apoio, nenhum governo conseguiu prosperar. Em 1988, o sociólogo Sérgio Abranches cunhou a expressão “presidencialismo de coalizão” para designar essa forma de partilha do poder em nome da governabilidade. O principal objetivo para esse grupo passa a ser sua própria perpetuação no poder, de modo a continuar participando da divisão do espólio: o aparelhamento da máquina pública, a apropriação e uso de uma parte do orçamento para auferir benefícios eleitorais e políticos constituem, ao mesmo tempo, o meio e a finalidade de sua atuação política.

Pelo menos de maneira retórica, as críticas incisivas ao modo de fazer política do centrão foram uma marca do bolsonarismo e da extrema direita. Em certa medida, essa havia sido antes uma pauta da esquerda. No entanto, a vitória eleitoral do petismo já nasce da consciência da necessidade de construção de um consenso negociado. É bastante conhecida a máxima sempre reiterada de que ninguém conseguirá governar sozinho. Daí o pragmatismo que juntou na chapa vitoriosa de 2002 um trabalhador e um empresário, como presidente e seu vice. A qualidade dos resultados produzidos por semelhante arranjo seguem sendo objeto de intenso debate.

Após a associação da atividade política com crime posta em ação pela Operação Lava Jato com o apoio pouco crítico da mídia corporativa, criaram-se as condições para um ódio mais aberto e generalizado à política. Foi nesse contexto de extrema negação das instituições e dos partidos como forma de representação política que o discurso bolsonarista se impôs, demonizando aquilo que era então descrito como “a velha política”.

Entendendo o Centrão

O que é o Centrão? Quando surgiu? Como atua? Como ele se configura do ponto de vista ideológico? Quais são os partidos e as bancadas que o compõem? Como o centrão está participando do governo Bolsonaro?

Essas e outras perguntas foram respondidas em uma série de infográficos publicados pelo site Poder360 de maneira didática e resumida.

Acesse os infográficos no site do Poder360: <https://bityli.com/jOuTpl>

A intransigência contra as práticas perniciosas se intensificou a ponto de tomar por *negociata* qualquer esforço de *negociação*. Assim, a denúncia e a reprovação de condutas desviantes se converteram em ódio à política em si mesma. Tratava-se de um fenômeno que extrapolava em muito os limites do bolsonarismo e alcançava também pessoas pouco ou nada engajadas politicamente. À revelia de si mesmo e de suas próprias incongruências e debilidades, o bolsonarismo foi capaz de capturar a confiança do eleitorado para representar essa insatisfação com o modelo vigente. Escancarou-se assim o abismo da antipolítica: uma espiral que tem ameaçado derrubar as instituições democráticas no país.

Entretanto, no primeiro semestre do ano corrente, o governo Bolsonaro capitulou diante do centrão. Os acenos e concessões a esse bloco já vinham sendo feitos há bem mais tempo. No entanto, agora a suposta “velha política” assumiu abertamente a identidade do governo Bolsonaro – uma identidade que, aliás, sempre existira. De fato, a rigor, o evento da capitulação do bolsonarismo à pragmática e ao fisiologismo não chega a ser uma novidade, considerando-se que o presidente da República passou quase três décadas de atuação parlamentar abrigado em partidos desse mesmo bloco de poder. Lideranças de tais partidos, nestes meses, têm procurado domesticar (com escassos resultados) a virulência do governo Bolsonaro.

Recentemente, o presidente da Câmara Federal, o deputado alagoano Arthur Lira (PP), publicou um artigo intitulado “O centrão é uma força moderadora”. O deputado descreve a atuação do centrão, na história recente do país, como uma forma de realismo político. Em suas próprias palavras, Arthur Lira define o centrão como uma “maioria suprapartidária” que congrega “parlamentares de centro”; uma “força moderadora” que constitui “a quilha da nau da democracia”, graças à “singularidade de conviverem bem com todos os opostos”.

“Nós somos, em certo sentido, a governabilidade, a previsibilidade institucional. Nós somos o espaço majoritário que dá suporte aos consensos no território dos dissensos. Nós somos o tecido democrático mais espesso, que quando rasgado provoca rupturas. Nós somos um grande centro agregador de convergências políticas.” (Deputado Arthur Lira. **Folha de São Paulo**, 15 jun. 2020).

Entre os analistas políticos, esse texto teve ampla repercussão e multiplicaram-se na imprensa, nos últimos meses, as revisões sobre a ideia de política que se cristaliza nesse artigo. O texto foi criticado por ignorar, por exemplo, que o centrão esteve associado a toda sorte de crime e falcatura ao longo das últimas décadas.

Saiba mais sobre a conjuntura política em Belo Horizonte

Em meados de julho, a Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp publicou uma edição de *Contextus* em que se analisam a movimentação e o cenário eleitorais na capital mineira com vistas à eleição de 2022.

Acesse as edições anteriores de *Contextus* no site do Nesp: www.nesp.pucminas.br

Além disso, chama a atenção o fato já mencionado acima de que esse bloco pragmático tenha sido, ao menos virtualmente, o responsável pelo apoio e pela sustentabilidade política de todos os governos, como argumenta o deputado citado. O texto trata a corrupção como um problema do passado, mas não dá sinais de reconhecer e nem menciona as práticas suspeitas que a CPI da Covid no Senado tem apurado, lançando suspeições – ainda carentes de apreciação pelo Judiciário – inclusive sobre o próprio signatário do artigo.

Tampouco o texto menciona o fato de que não é raro que o Executivo passe a sofrer toda sorte de chantagens por parte desse segmento no Legislativo. Governos que não cedem à pressão e à sanha desses parlamentares por cargos e recursos não conseguem a aprovação de seus projetos. É nesse contexto que a negociação como um valor – que, como já dito acima, é necessária para o equilíbrio e a coexistência pacífica em qualquer sociedade democrática – se degrada ao nível da barganha e da negociata motivadas por interesses suspeitos ou escusos.

Essas e outras críticas foram feitas por vários órgãos da imprensa. Menos comum foi a constatação de que o referido texto trata como normais e desejáveis as práticas políticas do centrão. Nele se opera uma legitimação da politicagem, da prioridade dada aos projetos pessoais e aos jogos de interesse em detrimento do bem comum e de um projeto coletivo de sociedade. Alguns analistas constataram que – prevalecendo a concepção expressa no artigo mencionado – a política se degrada ao nível do ardil e da má-fé.

A CONDUTA DO TÍPICO POLÍTICO DO CENTRÃO

Política é uma palavra que adquire múltiplos significados, oscilando a depender da maneira ou do contexto em que é empregada. À política associam-se ideias como a de consciência histórica, compreensão das relações econômicas, engajamento social, cidadania, cuidado e atenção com o bem público.

No entanto, na contramão dessa perspectiva, não é raro que se use essa mesma palavra para designar precisamente o contrário dessa ideia. Nesse último caso, ela passa a referir as pessoas que não querem se envolver em uma situação considerada comprometedora. Assim, político é aquele que, em situações embaraçosas, fica “em cima do muro”, não se posiciona ou não diz abertamente aquilo que pensa. Com tal comportamento, alega-se estar tentando agradar a todos, mas, na verdade, é mesmo com os seus interesses próprios que tal pessoa parece se ocupar mais intensamente.

Esse tipo de atitude – que, num cidadão comum, pode ser vista como uma característica peculiar ou, nos casos mais severos, uma falha de caráter – tende a se agravar quando presente em mulheres e

homens que desempenham funções públicas. Em tal caso, manifestam-se outras condutas potencialmente danosas à coletividade e esse tipo de político passa a enxergar sua atuação no espaço público quase exclusivamente pelo prisma de suas metas pessoais.

Políticos assim podem galgar os mais altos escalões da República. Neste momento, os principais cargos eletivos do Executivo e importantes posições no Legislativo são ocupados por políticos desse campo ideológico no país, em Minas Gerais e em Belo Horizonte. Com as informações disponíveis hoje, não se pode descartar que esse cenário se mantenha depois das eleições de 2022.

Em uma entrevista concedida ao programa Mundo Político, na **TV Assembleia** (23 set. 2021), o senador Antonio Anastasia (PSD) informou sobre o movimento que tenta apresentar o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco como o candidato da chamada “terceira via”, isto é, uma alternativa entre Lula (PT) e Bolsonaro (sem partido) para a Presidência da República. O senador Rodrigo Pacheco é filiado ao DEM e consta que, para essa disputa, se transferiria ao PSD, mesmo partido que congrega Anastasia e Kalil. Em se viabilizando esse caminho, a terceira via estaria representada por segmentos que, hoje, são constitutivos do centrão, conhecido pelo pragmatismo e pelo fisiologismo, tal como discutido acima.

No entanto, o perfil médio do político do central é o de uma liderança miúda, sem grandes protagonismos, quer dentro das Casas Legislativas, que no exercício do governo quando estão no Poder Executivo.

Uma mesma família mineira se perpetua na política há 200 anos

A continuidade de uma mesma família no poder tem muitos exemplos. Destacam-se a seguir duas reportagens sobre um dos mais famosos desses casos em que pessoas de uma mesma família está em cargos de poder desde os tempos do Império.

Deputados, senadores, presidentes da Câmara, ministros de Estado, ministros do STF, governadores, prefeitos e vereadores... todos provenientes sempre de uma mesma família.

Leia no *site* Congresso em Foco:
<https://bityli.com/dFsljq>

Leia no site do jornal espanhol El País:
<https://bityli.com/p4YoaI>

No Parlamento, ocupam-se mais comumente em garantir benesses para as regiões onde se concentram seus eleitores; pouco contribuem para gerar políticas públicas ou influenciar positivamente a pauta de votações. Sentem-se atraídos ao debate de questões moralistas; tentam impor e fazer valer suas crenças e princípios religiosos; consideram-se portadores da verdade e as vozes que deles discordam são tratadas não como adversárias, mas como inimigas a serem combatidas e, se possível, eliminadas.

A razão de ser de um político com esse perfil é sua própria reeleição e, por meio dela, alcançar a perpetuação no poder. Em muitos casos, esse objetivo ultrapassa as fronteiras de uma geração. Cria-se uma espécie de dinastia em que a atividade política se torna negócio de família e o patrimônio eleitoral passa de pai para filho (ou do marido para a esposa, entre tantas configurações possíveis nesse tipo de relação).

Em sua irrelevância frente a questões mais estratégicas, tais atores públicos fazem valer a sua principal força: o valor de seu voto nas Câmaras, nas Assembleias Estaduais e no Congresso Nacional que lhes serve de instrumento para chantagear o prefeito, ou o governador, ou o presidente, conforme o caso. Ambicionam indicar seus apaniguados para a ocupação de cargos públicos no Executivo, em empresas estatais e afins. Em posse desses cargos, a proposição de políticas públicas não é prioritária; premente mesmo é, para esse perfil de representante, o benefício político e eleitoral que se possa angariar com o exercício da função.

Conquista desse segmento alcançada nos últimos anos, o orçamento impositivo é uma das mais ambicionadas medidas por meio das quais um vereador, deputado ou senador pode apresentar emendas ao orçamento municipal, estadual ou federal (segundo sua esfera de atuação). Trata-se de um estratagem que permite ao parlamentar indicar como ou onde o orçamento público será aplicado.

Embora essa conduta esteja legalizada, trata-se de um atravessamento de atribuições pelo qual o representante eleito para legislar e fiscalizar amealha atribuições que seriam privativas do Poder Executivo. Afinal, não está entre as tarefas constitucionalmente estabelecidas para um parlamentar instalar quebra-molas ou semáforos, postes ou pontes ou outra obra qualquer para sua base.

Mesmo na hipótese de não haver sobrepreço ou outra forma de ilegalidade na intermediação desses serviços, pode-se questionar a moralidade dessa prática, já que se configura como uma forma de ludibriar o eleitor. A obra aparece personalizada, como uma realização de um certo político, quando em muitas situações já estava prevista no orçamento e é apenas para obter uma vantagem eleitoreira que o político em questão aparece para se apropriar de dada realização vinculando seu nome a ela.

A CONVÊNIA DA GRANDE MASSA SILENCIOSA TAMBÉM FAZ POLÍTICA

Evidentemente, por mais que tais condutas políticas descritas até aqui possam ser censuráveis, parece inevitável constatar que esse perfil de representantes tende a ser tolerado pelo eleitor. Mais do que isso, os estudos sobre a sociedade brasileira costumam constatar que existe uma convenção naturalizada pelo senso comum – que incide nos eleitores e se reflete nos eleitos – quanto ao que seja o modo legítimo de se fazer política: a intermediação de vantagens mais ou menos lícitas; a obtenção de certas benesses dos serviços ou dos recursos públicos; a suposição de que o cargo público torna o político melhor, mais digno ou mais merecedor do que o cidadão comum.

Em tempos recentes, a sociedade brasileira assistiu quase impassível às declarações feitas publicamente pelo mais alto mandatário da nação em que se asseverava como natural seu desejo de beneficiar seu filho com o cargo mais ambicionado da carreira diplomática no país. Assim, o presidente da República intencionava conceder ao filho – pelo exclusivo fato de ser seu filho – a embaixada brasileira nos Estados Unidos (18 jul. 2019).

Multiplicam-se os exemplos de situações em que parece haver uma tendência a se aceitar mais ou menos tacitamente esse modo de fazer política, tratando o patrimônio público como algo privado. Por outro lado, esse silêncio poderia ser visto – ao contrário da mera aquiescência – como uma resignação, resultado da impotência frente a essa situação já crônica na cultura política do país.

Outro fator lembrado com frequência nesse contexto é a apatia e o desinteresse de grande parte dos cidadãos pelas questões coletivas. Tendo delegado ao eleito a atribuição de acompanhar a coisa pública, é comum que o eleitor passe a ignorar os problemas ou, tratando-os como causa perdida, a deixá-los para lá.

Por não se inteirar das situações, o eleitor alheio ao acompanhamento das questões públicas também não chega a compreendê-las em sua complexidade. Não reconhece sua própria omissão no momento em que reclama das coisas que os políticos não fizeram ou das situações em que seus representantes deixaram de atender suas expectativas. Antropólogos e sociólogos costumam apontar uma postura clientelista e vitimista que vai se consolidando, como se a culpa de todos os problemas existentes no país fosse, genericamente, dos políticos (e não também dele próprio – o cidadão que reclama – e de seu abstencionismo).

Esse alheamento do eleitor se junta à ideia genérica de que a “velha política” é praticada não por um político dado ou por um partido específico. A generalização que o termo centrão opera torna impossível a identificação do responsável por práticas erradas ou corruptas. Apontar precisamente quem é o malfeitor tornaria possível puni-lo deixando de votar na pessoa apontada ou no partido dela em uma próxima eleição. A ideia vaga de “centrão” torna a responsabilidade difusa e cria a sensação de que nenhum político presta e de que todos os partidos são iguais. Essa é uma atitude que tende a favorecer à antipolítica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE EM NÚMEROS

O perfil de uma legislatura decorre da maneira como se distribui e se organiza o poder entre as diferentes forças representadas em uma Casa Legislativa. Comumente, tais forças são identificadas pelos partidos políticos que se constituem como agremiações de poder: determinados valores e ideologias que se configuram em um projeto político. No entanto, os partidos políticos não são homogêneos. Neles se reúnem projetos distintos e, por vezes, contraditórios. Ademais, a existência de um projeto mais amplo não elimina as disputas ocasionadas pelos interesses particulares de seus componentes.

Existem 33 partidos políticos registrados no Brasil. Outros 82 são listados pelo Tribunal Superior Eleitoral como partidos em processo de formação. Diante de tamanha fragmentação torna-se compreen-

sível que o cidadão menos dedicado ao acompanhamento dos acontecimentos políticos se sinta desorientado. Perde-se facilmente a capacidade de compreender a lógica que permite distinguir tamanha diversidade de legendas.

Além disso, há poucos elementos na política que possam ser considerados permanentes. Mesmo as linhas que separam as noções mais elementares de centro, direita e esquerda tendem a se deslocar a depender da conjuntura. Além disso, até mesmo essa classificação simples parece depender da posição de quem analisa. Um partido costuma ser classificado em espectros diferentes a depender das propensões políticas de analistas diversos.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte é formada por 41 vereadores que, nesta legislatura, se distribuem em 23 partidos. O *site* da Câmara menciona a existência de quatro blocos parlamentares. O bloco Democracia e Independência reúne seis partidos com um vereador por legenda (Democratas, Patriotas, Podemos, PSDB, PSC e Republicanos). O sétimo vereador desse grupo não está filiado a partido político. O segundo bloco é o BH Nota 10 congrega três partidos (Agir, PROS e PTB). Outras quatro legendas formam o bloco Todos por BH (PL, PMN, PSL e Rede Sustentabilidade). Também constituem um bloco o MDB e o PRTB, chamado BH Transparente. Além desses, oito partidos não fazem parte de nenhum bloco (Avante, Cidadania, Novo, PDT, PP, PSD, PSOL e PT).

Há um consenso entre os analistas da política local: não é fácil identificar um projeto político e ideológico consistente na maioria dessas legendas. Muitas delas se reduzem a um pragmatismo eleitoral sem manifestarem apoio a um projeto claro sobre a cidade que tais partidos ajudam a governar. Chama mais a atenção, pelo contrário, o empenho dos vereadores que representam várias dessas legendas em alcançar a realização de seus projetos pessoais de manutenção ou de ampliação de poder.

Na falta de projetos mais amplos, tem-se a impressão de que, no máximo, tais vereadores se mostram ligados a projetos de segmentos específicos da sociedade, como as pautas religiosas ou o desejo de universalizar e impor à coletividade as suas convicções morais. O interesse público e a defesa de projetos claros acabam subordinados ao ganho particular de políticos e de seus partidos, num modo de funcionamento que se convencionou descrever como fisiologismo.

Observe-se que, dos 23 partidos que hoje compõem a Câmara Municipal, 16 possuem um único vereador. A formação dos blocos mencionados acima atende ao objetivo pragmático de superar esse esfacelamento do poder disseminado em tantos vereadores avulsos. Não necessariamente implica, portanto, qualquer identidade ideológica em sentido estrito, exceto talvez pela vaga identidade que comungam, dado o exercício que fazem do poder nos moldes delineados em seções anteriores neste texto.

Nos demais casos, há três partidos que possuem bancada com dois vereadores (Cidadania, PT e PSOL). Outros três partidos constituem suas bancadas com três vereadores cada (Avante, Novo e PDT). O PP possui quatro vereadores e o PSD possui seis parlamentares.

Em princípio, a base do governo seria constituída por 21 vereadores. Trata-se de uma maioria apertada, sem qualquer margem. Basta uma dissidência para que o governo perca mesmo uma votação que exija apenas maioria simples. 14 declaram-se de oposição. Os demais se dizem independentes. Na prática, esses números tendem a variar a depender da pauta em votação. A dificuldade, neste primeiro ano de mandato do prefeito Alexandre Kalil (PSD) tem sido a manutenção da unidade e da fidelidade do grupo que o apoia.

VEREADORES MANTÊM GOVERNO KALIL SOB PRESSÃO

Houve pelo menos uma situação em que a derrota sofrida pelo governo Kalil se mostrou bastante crítica, porque representou um prejuízo inestimável para a cidade de Belo Horizonte. Trata-se da votação do Projeto de Lei que autorizaria o Executivo a contratar um empréstimo de aproximadamente R\$ 900 milhões, destinados às obras de saneamento e de urbanização na região da Avenida Vilarinho, palco de reiteradas tragédias em decorrência de alagamentos.

Eram necessários 28 votos favoráveis naquela votação em segundo turno, ocorrida em 16 de março. Obtiveram-se apenas 27. Diante do placar apertado, a ausência do vereador Cláudio do Mundo Novo (PSD) não passou despercebida na cobertura que a imprensa fez do caso. Consta que o parlamentar tinha outra agenda fora da Câmara no horário da votação e seu comparecimento à seção se dera de forma remota. Sejam quais forem as razões alegadas, um voto a mais teria conduzido o evento a um desenlace favorável, ao contrário do que se deu. O fato de o referido vereador ser do partido do prefeito (PSD) tampouco escapou das atenções e, na imprensa e entre os analistas políticos, gerou especulações sobre a intencionalidade da omissão.

Excluída a presidente da Casa, vereadora Nely Aquino (Podemos) que, por determinação regimental, não tinha direito a voto, restam doze parlamentares que votaram contra o projeto. As explicações dadas por esses vereadores para o fato de haverem impedido a consecução do empréstimo foram diversas, tal como reproduzidas pelo *site* da Câmara Municipal: a recusa em dar um “cheque em branco para o prefeito”, a suposta falta de diálogo da prefeitura com a cidade, a existência de outros recursos disponíveis que poderiam ser aplicados nas obras em questão.

De acordo com a declaração da vereadora Marcela Trópia, do Partido Novo (publicado no **Portal BHAZ** em 16 mar. 2021), o debate teria sido focado em “argumentos técnicos” sobre aspectos que não estariam respondidos no projeto: prazo de execução das obras, planilha dos custos, condições do pagamento. A vereadora manifestou-se contrária também ao fato de que, se executado o projeto, a prefeitura faria investimentos na área da Ocupação Izidora, cuja propriedade é objeto de litígio.

Veja como seu vereador votou em relação às obras na Avenida Vilarinho

VOTARAM A FAVOR DO EMPRÉSTIMO	VOTARAM CONTRA O EMPRÉSTIMO
<p>Álvaro Damião (DEM) Bella Gonçalves (PSOL) Bim da Ambulância (PSD) Bruno Miranda (PDT) Dr. Célio Fróis (CID) Duda Salabert (PDT) Fernando Luiz (PSD) Gabriel (PATRI) Gilson Guimarães (REDE) Helinho da Farmácia (PSD) Henrique Braga (PSDB) Irlan Melo (PSD) Iza Lourença (PSOL) Jorge Santos (REP) Juninho Los Hermanos (AVANTE) LÉO (PSL) Macaé Evaristo (PT) Marcos Crispim (PSC) Marilda Portela (CID) Miltinho CGE (PDT) Professor Claudiney Dulim (AVANTE) Ramon Bibiano Casa Apoio (PSD) Reinaldo Gomes (MDB) Rogério Alkimin (PMN) Sônia Lansky da Coletiva (PT) Walter Tosta (PL) Wanderley Porto (PATRI)</p>	<p>Bráulio Lara (Novo) Ciro Pereira (PTB) Fernanda Pereira Altoé (Novo) Flávia Borja (Avante) José Ferreira (PP) Marcela Trópia (Novo) Nikolas Ferreira (PRTB) Professor Juliano Lopes (PTC) Professora Marli (PP) Rubão (PP) Wesley (PROS) Wilsinho da Tabu (PP)</p>
NÃO VOTANTES	
<p>Cláudio do Mundo Novo (PSD)</p> <p>Nely Aqui (PODE) (Presidente da Câmara não vota por determinação regimental)</p>	

Fonte: Elaborado a partir dos dados publicados pela
 Câmara Municipal de Belo Horizonte
<https://bitly.com/0v17CF>

Seja como for, só na Ocupação Izidora vivem aproximadamente 30 mil pessoas. Além disso, o projeto tem um alcance mais amplo: as bacias de contenção deveriam “resolver questões urbanísticas em áreas de risco” em uma região banhada por quatro córregos.

A versão de que a recusa de apoio ao projeto se deu por razões técnicas não foi bem recebida pela imprensa local nem tampouco pelos vereadores favoráveis à contratação do empréstimo. Prevaleceu, ao contrário, a interpretação de que os parlamentares que votaram contra o projeto teriam barrado essa votação de enorme interesse público para expressar sua insatisfação com a relação que o governo Kalil vem mantendo com tais vereadores.

Em outro ponto de vista sobre esses fatos, aventou-se que os vereadores que votaram contra a obtenção do empréstimo estariam tentando impedir que o governo Kalil se beneficiasse eleitoralmente com a execução dessas obras que, supõe-se, viriam a ter um enorme apelo junto à opinião pública.

Na edição anterior de **Contextus**, já se chamava a atenção para uma mudança no padrão de relacionamento entre o Governo Kalil e as exigências dos vereadores. No primeiro mandato, havia prevalecido uma relação pautada mais no atendimento de demandas do que no loteamento de cargos, embora se tenha notícias de ocorrências também desse segundo tipo. Notícias publicadas na imprensa nos últimos meses, no entanto, já vinham revelando a insatisfação de vereadores que dizem não estar sendo tratados com a “devida atenção”.

No mês de maio, foram criadas duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). A primeira, trata de “apurar a atuação e utilização de recursos públicos pela Prefeitura de Belo Horizonte no enfrentamento da pandemia do covid-19”. Os proponentes dessa CPI reclamam da suposta falta de transparência e de planejamento do combate à doença e se resente, dentre outros fatores, do fato de que “a cidade ficou fechada” e das métricas utilizadas que, segundo os signatários, teriam restringido liberdades individuais e econômicas.

Pressente-se nessa justificativa o debate fortemente ideologizado que opõe atividade econômica e proteção da vida – um debate ainda presente, mas que teve seu momento mais intenso durante o ano de 2020 e início do corrente. Até o momento não parece ter havido produção de provas suficiente para

Vereadores que assinaram o requerimento de criação da CPI da Covid

Bráulio Lara (Novo)
Ciro Pereira (PTB)
Fernanda Pereira Altoé (Novo)
Flávia Borja (Avante)
José Ferreira (PP)
Marcela Trópia (Novo)
Marilda Portela (CID)
Nikolas Ferreira (PRTB)
Professor Juliano Lopes (PTC)
Professora Marli (PP)
Reinaldo Gomes (MDB)
Rubão (PP)
Wesley (PROS)
Wilsinho da Tabu (PP)

Fonte: Elaborado a partir dos dados publicados pela
Câmara Municipal de Belo Horizonte
<https://bityli.com/mL8qfP>

justificar as suspeitas. À medida que vai passando o tempo, mais os críticos dessa CPI têm encontrado razões para interpretar sua criação como um ato mais político do que apoiado em fundamentos consistentes.

A segunda CPI tem por objeto a “omissão da BHTrans” frente ao “desrespeito” praticado pelas concessionárias responsáveis pelo serviço de transporte público coletivo de passageiros. Essa é uma pauta antiga na cidade. A abertura da chamada “caixa preta” dos transportes foi, por muito tempo, pauta de partidos denominados de esquerda. Em tempos mais recentes, o próprio Kalil, ainda como candidato, havia retomado esse tema.

Vereadores que assinaram o requerimento de criação da CPI da BHTrans

Bella Gonçalves (PSOL)
Bráulio Lara (Novo)
Ciro Pereira (PTB)
Dr. Célio Frois (Cidadania)
Fernanda Pereira Altoé (Novo)
Flávia Borja (Avante)
Gabriel (sem partido)
Henrique Braga (PSDB)
Iza Lourença (PSOL)
Jorge Santos (Republicanos)
José Ferreira (PP)
Macaé Evaristo (PT)
Marcela Trópia (Novo)
Nikolas Ferreira (PRTB)
Professor Juliano Lopes (Agir)
Professora Marli (PP)
Rubão (PP)
Wanderley Porto (Patriotas)
Wesley (PROS)
Wilsinho da Tabu (PP)

Fonte: Elaborado a partir dos dados publicados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte <https://bitly.com/MLjkiX>

No entanto, o assunto acabou saindo de suas mãos e não chegou a uma efetiva apuração, graças a decisões mais pragmáticas que foram sendo tomadas ao longo do primeiro mandato. As investigações em andamento têm trazido à tona importantes evidências de irregularidades que parecem explicar as disfunções do transporte público de passageiros.

Aparentemente o foco dessa Comissão tendia a se deslocar para ocorrências anteriores ao governo Kalil. No entanto, em meados de agosto, apresentou-se um requerimento para que fosse aberta uma comissão processante contra o secretário de governo de Belo Horizonte, sob a justificativa de suposta interferência nos trabalhos da CPI. No dia anterior a CPI da Covid decidira ouvir a secretária de Assuntos Institucionais, uma pessoa igualmente próxima a Kalil.

Já nos últimos dias de setembro, a Câmara de vereadores aprovou, em segundo turno, um projeto que extingue a BHTrans, criando em seu lugar a Sumob (Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte). O projeto agora será submetido à sanção do prefeito.

Naquela mesma semana em que as duas convocações de representantes do alto escalão do governo municipal haviam sido apresentadas, a Câmara aprovou também uma alteração no regimento da Casa que permite barrar mais rapidamente decretos emitidos pela Prefeitura. Desse modo, o Parlamento se prepara para enfrentar e derrubar normas editadas pelo governo. Medidas como aquelas que impuseram o isolamento social durante o auge da pandemia poderiam, assim, ser embargadas, dificultando a condução da crise sanitária pelo Poder Executivo.

Além de todos esses eventos, há pelo menos dois pedidos de *impeachment* contra Alexandre Kalil que, a juízo da presidente Nely Aquino (Podemos), podem ser postos em votação. A solidez desses pedidos, que foram apresentados por cidadãos em atos avulsos, é discutível. Mesmo assim, pairam como uma ameaça que poderia, no limite, cercear os direitos políticos do atual prefeito.

Em meados de agosto, Alexandre Kalil foi a público para denunciar o que chamou de “traição” e declarou que a relação entre os dois poderes estava rompida. Acusou as Comissões Parlamentares de estarem praticando politicagem ao fazerem convocações cujo fim último seria apenas o de criar palanque político para os vereadores. Distribuiu acusações contra os presidentes das duas CPI’s e contra a presidente da Câmara.

Para Kalil este é um momento crítico. Seu objetivo de disputar o governo do estado em 2022 exige a criação de vínculos com os municípios do interior. Por outro lado, a conjuntura local tensionada requer sua presença na Capital. A isso se soma a atenção ainda necessária no acompanhamento da pandemia e da vacinação que não tem permitido que se baixe a guarda.

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva da Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento de Agentes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 04 – Sala 205

30.535-901 – Belo Horizonte – MG

Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

A PUC Minas está operando em Regime Letivo Remoto e as atividades presenciais estão se mantendo de forma reduzida. Nesse período, a comunicação com o Nesp poderá ser feita pelo e-mail: nesppucminas@gmail.com

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick – VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Redator

Claudemir Francisco Alves